

1 Ata da reunião Ordinária da Congregação da Escola Paulista de Medicina da  
2 Universidade Federal de São Paulo.

3 No dia dezenove de agosto de 2014, nesta cidade de São Paulo, à Rua Botucatu, 740,  
4 no Anfiteatro Leitão da Cunha, reuniram-se os senhores membros da Congregação da  
5 Escola Paulista de Medicina, presentes os Profs. Drs. Alvaro Nagib Atallah, Ana Luisa  
6 Hofling de Lima Farah, Antonio Carlos Camargo Carvalho, Beatriz Amaral de Castilho,  
7 Brasília Maria Chiari, Caden Souccar, Dirceu Sole, Emilia Inoue Sato, Fausto Miranda  
8 Junior, Gaspar de Jesus Lopes Filho, Helena Bonciani Nader, Helio Kiyoshi Takahashi,  
9 Hugo Pequeno Monteiro, Jair de Jesus Mari, Jose Franco da Silveira Filho, Jose Luiz  
10 Gomes do Amaral, Jose Luiz Martins, Jose Orlando Bordin, Maria Teresa Zanella,  
11 Marília de Arruda Cardoso Smith, Ricardo Luiz Smith, Rosana Fiorini Puccini, Rubens  
12 Belfort de Mattos Junior, Ruth Guinsburg, Valdemar Ortiz, Valeria Petri, Antonio Carlos  
13 da Silva, Antonio Sergio Petrilli, Dulce Maria Fonseca Soares Martins, Elisa Mieko  
14 Suemitsu Higa, Gilmar Fernandes do Prado, Guacyara da Motta, Jose Carlos Costa  
15 Baptista da Silva, Luiz Eduardo Nery, Maria Isabel de Souza Aranha Melaragno, Maria  
16 Kouyoumdjian, Maria Teresa Riggio de Lima Landman, Marinho Jorge Scarpi, Marisa  
17 Frasson de Azevedo, Meide Silva Anção, Sang Won Han, Sarhan Sydney Saad, Sergio  
18 Antonio Draibe, Stephan Geocze, Alexandre de Castro Keller. Alexandre Salgado Basso,  
19 Ana Claudia Fiorini, Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros, Erika Suzuki de Toledo,  
20 Fernando Martins Antoneli Junior, Gilles Landman, Ivaldo da Silva, Marcos Sergio de  
21 Toledo, Maria Cristina de Andrade, Maria Wany Louzada, Marilia dos Santos Andrade,  
22 Mirian Akemi Furuie Hayashi, Ramiro Anthero de Azevedo, Raquel Santos Marques de  
23 Carvalho, Rejane Daniele Reginato, Roseli Giudici, Anita Hilda Straus Takahashi,  
24 Catarina Segreti Porto, Jane Zveiter de Moraes, Jose Cassio do Nascimento Pitta, Maria  
25 Cecilia Martinelli Iorio, Ricardo Artigiani Neto, Mauro Batista de Moraes, Paulo Schor,  
26 Paulo Bandiera Paiva, Silmara da Costa Pereira Cestari, e pelos Senhores Henrique  
27 Camara, Yago Carvalho Baldin, Juliano Quintella Dantas Rodrigues, Antonio Carlos  
28 Campanini Zechinatti, Carlos Roberto Nunes, Cecilia Fernandes, Cristina Malzoni  
29 Ferreira Mangia, Jose Carlos Melo Chagas, Nair Kinue Morita, Neuza Gomes  
30 Bregalante, Sandra Claro e Sandro Luiz de Andrade Matas. Justificaram ausência os  
31 Professores Doutores Clovis Ryuchi Nakaie, Luiz Eduardo Villaça Leão, Luiz Roberto  
32 Ramos, Lydia Masako Ferreira, Reinaldo Salomão, Jacy Perissinoto, Manuel de Jesus  
33 Simoes, Maria Elisabete Salvador Graziosi, Miguel Sabino Neto, Wallace Chamon Alves  
34 de Siqueira e Eliane Beraldi Ribeiro. Estiveram também presentes como convidados  
35 sem direito a voto os Professores Doutores José Roberto Ferraro, Murched Omar Taha,  
36 Rimarcs Gomes Ferreira e Luís Eduardo Coelho Andrade.

37 Constatando o quórum com 85 membros presentes, o senhor Presidente iniciou a  
38 reunião.

39 Inicialmente, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes agradeceu a presença, a união e  
40 participação de todos nas atividades da Congregação. Ressaltou que a Escola Paulista  
41 de Medicina é a Congregação, sem a colaboração ativa dos membros, não há como  
42 debater questões nem solucionar problemas que se apresentam.

#### 43 1. Expediente

44 Prosseguindo, informou que, na semana passada, nos dias 4 e 5 de agosto, houve a  
45 visita do MEC, avaliando a Escola, juntamente com a assessoria dos Profs. Drs. Rimarcos  
46 Gomes Ferreira e Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros. Os trabalhos da Câmara  
47 de Graduação se mostraram intensamente frutíferos, uma vez que a avaliação do MEC  
48 concedeu a nota máxima, o conceito 5 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e  
49 Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep), da avaliação in loco, extremamente  
50 competente e rigorosa; trata-se de uma conquista que muito orgulha a Escola Paulista  
51 de Medicina e reflete o mérito de todos. Em agradecimento pelos trabalhos da Câmara  
52 de Graduação e da Comissão do Curso Médico, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes propôs  
53 um voto de louvor, no que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, debaixo de  
54 efusiva salva de palmas.

##### 55 1.1 – Atas das reuniões de 03/06/2014 e 01/07/2014.

56 A Profa. Dra. Emília Inoue Sato fez uma ressalva sobre a ata de junho, linha 131: a  
57 verba não inclui pós-graduação, ao contrário do que foi grafado. Posteriormente, a Sra.  
58 Guacyara da Motta apontou outra ressalva, nas linhas 987 e 988: onde se lê  
59 “comentou que a proposta é de uma criação de disciplina acadêmica” tem a redação  
60 alterada para “questionou se a proposta seria também da criação de uma disciplina  
61 acadêmica”. Retomando a palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou que,  
62 após a correção, considerar-se-ão as atas homologadas.

#### 63 1.2 Informes

64 Na sequência, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou sobre a parceria com o IML –  
65 uma conquista extremamente significativa para a Escola, especialmente por abranger a  
66 pesquisa. Sobre o policiamento do Campus São Paulo, informou que o plantão policial  
67 está ativo, o que se traduz em mais segurança para toda a Comunidade.

##### 68 1.2a Apresentação da Comissão de Apoio à Gestão

69 A Comissão foi criada ad referendum, baseada em proposta apresentada pelos alunos,  
70 uma vez que estes não tinham um canal de comunicação com a Diretoria; é composta  
71 de um representante de cada turma e realizar-se-ão reuniões mensais, com a  
72 finalidade de trazer sugestões para a melhoria do ensino.

##### 73 1.2b Profa. Dra. Helena Nader – Financiamento de pesquisas

74 O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que, na semana passada, houve uma  
75 reunião com o Prof. Dr. Esper Abrão Cavalheiro, com participação da Profa. Dra.  
76 Helena Bonciani Nader, sobre os Professores Titulares, em relação a Pesquisa. Solicitou  
77 que todos os pesquisadores escutassem a exposição, por se tratar de assunto que os  
78 interessa e de extrema importância, e também para apreciar as qualidades didáticas  
79 da Profa. Dra. Helena Bonciani Nader. Ao referir-se aos pesquisadores, não se limitou  
80 ao rol dos Professores Titulares, mas também aos (ainda) não-Titulares, que realizam  
81 tanto ou mais pesquisas que aqueles. Passou então a palavra para a Profa. Dra. Helena  
82 Bonciani Nader. Ela iniciou a exposição referindo-se ao Prof. Dr. Esper Abrão  
83 Cavalheiro, que iniciou uma série de reuniões com todos, não apenas os Titulares, para  
84 colocar os projetos que estão em andamento no Governo, fazendo referência ao  
85 Decreto feito pela Presidente da República, Dilma Rouseff, em maio passado (Decreto  
86 nº 8.269, assinado em 25 de junho de 2014 – Programa Nacional de Plataformas do  
87 Conhecimento). Foi feita uma apresentação sobre as Plataformas, sua constituição e  
88 como existem pelo mundo, e por que que a SBPC (Sociedade Brasileira para o  
89 Progresso da Ciência, presidida pela Profa. Dra. Helena Bonciani Nader) se posicionou  
90 com reservas em relação às Plataformas. Em primeiro lugar, falta esclarecer de onde  
91 vem o financiamento delas, qual a origem dos recursos, que não são poucos – trata-se  
92 de algo fundamental; segundo, para se ter a Plataforma, há certos requisitos que não  
93 foram contemplados e que se mostram necessários. Como recordação, foi exposto o  
94 que foi a Conferência Nacional de Tecnologia e Inovação, realizada em maio de 2010;  
95 sugeriu a leitura do trabalho resultante da Conferência, um livro azul e as  
96 recomendações, para esclarecer o que é o projeto de Ciência que o povo brasileiro  
97 acordou, e não o que um pequeno grupo em Brasília decidiu; a Conferência Nacional  
98 foi feita em todos os estados brasileiros, abrangendo muitos municípios; foram  
99 realizadas cinco (reuniões) regionais e a reunião final foi em Brasília, com 4 mil  
100 participantes. O resultado foi um documento exaustivamente trabalhado, resumindo  
101 qual o planejamento pretendido para os próximos 10 anos, que descreve o caminho a  
102 ser trilhado e a infraestrutura necessária para pesquisa. Em relação à Infraestrutura, os  
103 biomas brasileiros e os laboratórios nacionais são claramente mencionados no  
104 documento; no entanto, os laboratórios não foram feitos, e o único existente está  
105 localizado em Campinas, um instituto ligado ao NCTI, que engloba o Laboratório  
106 Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o de Nanotecnologia, o de Bioenergia  
107 (combustíveis) e o de Medicina (para busca de novos fármacos). A Profa. Dra. Helena  
108 Bonciani Nader coloca entre aspas o termo ‘laboratório nacional’, pois a maneira como  
109 é montado favorece a pesquisa, porém apresenta uma significativa limitação de  
110 espaço, por conta da força dos grupos de pesquisa lá instalados, que ocupam  
111 consideravelmente o laboratório. Desta forma, na Conferência Nacional foi pedida a  
112 criação de laboratórios nacionais espalhados pelo país, ideia defendida pela SBPC.  
113 Posteriormente, foi feito o lançamento das Plataformas, que são originadas de  
114 clusters, conglomerados voltados para um certo tema, podendo ter apenas área virtual

115 ou também ter área física. A Professora citou os Estados Unidos, onde as Plataformas  
116 vêm acontecendo há bastante tempo, dando como exemplo e sugerindo para consulta  
117 observar a do MIT (Massachusetts Institute of Technology), informou sobre a  
118 existência de várias delas na Europa, com vários laboratórios nacionais. Ainda, citou a  
119 construção de uma cidade de Plataformas no sul da China, que também possui vários  
120 laboratórios nacionais. A China investe 3,5% de seu PIB em ciências e tecnologia, o que  
121 não ocorre no Brasil. A preocupação é que, para a Plataforma nacional, o governo já  
122 definiu quais áreas considera prioritárias e quais instituições ele acredita que a Ciência  
123 deve existir. A Profa. Dra. Helena Bonciani Nader teceu uma crítica sobre o descrédito,  
124 quase às raias do desprezo, por parte dos governantes, a respeito da ciência que torna  
125 o homem mais sábio, que produz conhecimento; lamentou ser tal postura um fato sem  
126 perspectivas de mudança a curto prazo. Citou, sem mencionar o nome do autor, a  
127 opinião de que ‘cientistas devem ficar a pão e água’, publicada no Jornal da Ciência  
128 (reprodução do trecho mencionado abaixo).

129 “O ministro chefe da Casa Civil, Aloisio Mercadante, que acompanhava a  
130 presidente Dilma na reunião do CCT, logo comentou a metáfora “dos ministros  
131 a pão e água” observando que, no seu entender, os cientistas dedicam  
132 excessivo tempo à produção de papers e descuidam das aplicações de utilidade  
133 econômica e social da ciência. “Eles sim deveriam ser trancados em uma sala ‘a  
134 pão e água’ enquanto não desenvolverem pesquisas de utilidade,” afirmou  
135 Mercadante.” (Jornal da Ciência nº 760, 06/06/2014)

136 As Plataformas foram lançadas, mas não há de onde tirar o financiamento; o único  
137 financiamento existente atualmente é o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento  
138 Científico e Tecnológico), criado na época da Ditadura (1969; a Professora não  
139 escondeu sua admiração e surpresa com o fato de, entre várias ações prejudiciais, cuja  
140 discussão não cabe aqui, os militares, então no poder à época, fizeram também ações  
141 cujos resultados teriam impactos positivos a longo prazo) e que tem financiado o país  
142 no campo da Ciência. 45% desse fundo é proveniente de outro, criado no governo do  
143 Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente, pelo então Ministro da  
144 Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, os denominados Fundos Setoriais. Por  
145 conta disso, o fundo foi criado, contingenciou-se os valores por um tempo  
146 (coincidentemente, o primeiro governo do Presidente Lula, de 2003 a 2006) e  
147 posteriormente, os valores foram liberados, o que significou um aporte expressivo no  
148 segundo governo do Presidente Lula (2006-2010). Outra parte vem do CT-Petro,  
149 proveniente dos royalties do petróleo. A nova lei de partilha destes deu outra  
150 destinação aos recursos oriundos dos royalties; os recursos provenientes do CT-Petro  
151 que irrigavam o sistema foram destinados a outra causa nobre, a educação, para o  
152 Fundo Social, na proporção 75% para educação e 25% para a saúde – nada para a  
153 Ciência. Desta forma, ficou apenas o FNDCT como fonte de recursos, e o próprio fundo  
154 é uma incógnita, pois se desconhece a governança desse financiamento e também não  
155 se sabe como será feita a recomposição de seus recursos. Para finalizar, a Profa. Dra.

156 Helena Bonciani Nader ainda citou o Ciência Sem Fronteiras, que se utilizou do fundo  
157 no montante de R\$ 1,24 bilhão, mais do que o próprio CNPq usa para pagamento de  
158 bolsas e editais universais, por exemplo; o aparente aumento creditado ao CNPq é  
159 proveniente do Ciência Sem Fronteiras. É motivo de preocupação, e a Instituição, na  
160 opinião da Professora, deveria chamar o Prof. Glauco Arbix, Presidente da Finep, para  
161 realizar apresentações sobre o tema. A Profa. Dra. Helena Bonciani Nader ressaltou  
162 que há de se planejar bem, pois os financiamentos para o ano que vem, com raras  
163 exceções, serão um assunto bastante delicado e difícil de ser obtido. Observou a falta  
164 de editais para os fundos, exemplificando com o CT-Infra, até o presente momento e  
165 ressaltou que é necessário que mais pessoas se posicionem sobre o assunto, uma vez  
166 que afeta a Comunidade Acadêmica como um todo. A Professora ainda ponderou a  
167 possibilidade da Escola tentar entrar em um edital voltado à área da Saúde, como área  
168 prioritária, embora o Governo tenha definido que a prioridade serão os insumos para a  
169 Medicina – Monoclonais e Proteínas Recombinantés, juntamente com a indústria  
170 (AMS), e as Vacinas. Pode-se tentar buscar um nicho. Aconselhou a todos lerem o  
171 Decreto, para facilitar a compreensão e possível inserção nas Plataformas, pois é onde  
172 estarão os financiamentos. Sob aplausos, a Profa. Dra. Helena Bonciani Nader encerrou  
173 sua exposição, e, retomando a palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou ser  
174 muito oportuna a apresentação e lamentou que as condições sejam assim e que o  
175 panorama se apresente pior. Pedindo a palavra, o Prof. Dr. Alvaro Nagib Atallah  
176 parabenizou a apresentação da Profa. Dra. Helena Bonciani Nader, agradecendo as  
177 informações prestadas, e questionou o papel da sociedade brasileira na ciência e  
178 pesquisa, uma vez que a mesma se encontra “no tempo das cavernas”, citando o  
179 exemplo da Embrapa. Apontou ser necessária a criação de uma cultura de valorização  
180 da Ciência, ligada ao bem estar da população, ao desenvolvimento do país, à  
181 educação, à segurança, enfim, de tudo o que a sociedade clama atualmente, em que a  
182 Universidade deveria ser o veículo catalizador da mudança. A sociedade como um todo  
183 tem de ter noção do papel da ciência, é de extrema importância que a Universidade  
184 avalie e observe seu papel de retirar a sociedade da ignorância e da barbárie, ou, do  
185 contrário, a Universidade merece ser esquecida. A Profa. Dra. Helena Bonciani Nader  
186 informou ter enviado mais de 100 mensagens para as 120 entidades existentes e que a  
187 SBPC representa para se associarem (lembrando da gratuidade da associação),  
188 obtendo resposta de apenas três: Neurologia, Ortopedia e Oftamologia; fazendo  
189 menção e uma leve crítica à falta de resposta da Clínica Médica, modalidade a qual o  
190 Presidente da Congregação pertence, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes polidamente  
191 respondeu que as sociedades de especialidades são extremamente profissionalizantes,  
192 com visões completamente diferentes no tocante à pesquisa – praticamente não  
193 investem, exceção feita, talvez, à Cardiologia, no que a Profa. Dra. Helena Bonciani  
194 Nader respondeu não ser relevante para a associação. O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes  
195 sugeriu que o Prof. Dr. Alvaro Nagib Atallah levasse a discussão ao Consu, onde seria  
196 muito mais abrangente, não sendo limitada pela Escola Paulista de Medicina, onde a

197 pesquisa é de ponta; ela envolveria a Universidade como um todo, sendo o Consu um  
198 fórum mais indicado para o desenvolvimento das questões levantadas. Pedindo a  
199 palavra, a Profa. Dra. Valeria Petri comentou sobre a criação de um Portal de  
200 esclarecimento voltada para a comunidade, que será providenciado.

201 2. Ordem do dia

202 2.1 Concurso da Urologia – resposta ao Consu

203 Prosseguindo, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que o Concurso foi para o  
204 Consu, e depois de uma prolongada discussão, voltou para a Congregação, mas o prazo  
205 venceu. Desta forma, será elaborado ofício comunicando o vencimento do prazo. A  
206 Profa. Dra. Emilia Inoue Sato acrescentou que a vaga volta para a Disciplina, mas tem  
207 de ser refeito o concurso, informação que sugeriu ser dada no Consu, no que o Prof.  
208 Dr. Antonio Carlos Lopes concordou que o concurso será refeito do zero.

209 2.2 Comissão para revisão do Art. 28 do Regimento da Escola Paulista de Medicina  
210 e do Adendo Regimental 001/14;

211 Prosseguindo o assunto e, aproveitando o gancho do Concurso da Urologia, o Prof. Dr.  
212 Antonio Carlos Lopes apontou a necessidade de revisão do Art. 28 do Regimento da  
213 Escola Paulista de Medicina e do Adendo Regimental 001/14, no prazo máximo de dez  
214 dias. A Profa. Dra. Emilia Inoue Sato expressou acreditar que não apenas esse ponto,  
215 mas todo o Regimento da Escola deve ser revisto, no que o Prof. Dr. Antonio Carlos  
216 Lopes explicou que, por uma questão emergencial, será dada prioridade à revisão  
217 apenas deste ponto e, posteriormente, será feita uma revisão do Regimento como um  
218 todo, o que não exclui uma nova revisão do artigo em questão. A convocação para a  
219 Comissão se pautou pela participação na Comissão anterior que elaborou o  
220 Regimento: pela experiência adquirida e conhecimento do assunto, os membros serão  
221 capazes de analisar e apresentar uma nova proposta em tempo hábil, dada a urgência  
222 da questão; o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes acreditou ser suficiente o prazo de 15 dias  
223 para a conclusão dos trabalhos, e verificar-se-á, oportunamente, a convocação de uma  
224 Congregação extraordinária apenas para tratar do assunto. Os membros indicados  
225 foram os Profs. Drs. Ana Luiza Hofling de Lima Farah, José Carlos Costa Baptista da  
226 Silva, José Roberto Ferraro, Helena Nader, Ruth Guinsburg, Lydia Masako Ferreira e  
227 Emilia Inoue Sato, sob a Presidência desta. O Prof. José Luiz Martins, na posição de  
228 Chefe do Departamento de Cirurgia, se ofereceu para participar da Comissão, e  
229 também levantou a questão sobre prorrogação de chefia pro-tempore da Disciplina de  
230 Urologia, uma vez que o mandato anterior já expirou, no que o Prof. Dr. Antonio Carlos  
231 Lopes concordou com ambas as proposições. A Profa. Dra. Emilia Inoue Sato sugeriu  
232 também a inclusão da Profa. Dra. Maria Tereza Zanella, no que também houve  
233 concordância. Submetida à apreciação da Congregação, a Comissão teve aprovação  
234 unânime.

235 2.3 Regulação de Atividades esporádicas para docentes com Dedicção Exclusiva;

236 Em relação ao assunto, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que o documento  
237 referente à regulação foi recebido e encaminhado a todos os membros da  
238 Congregação, por iniciativa da Diretoria e também por sugestão da Magnífica Reitora,  
239 para que fossem enviadas sugestões à Diretoria, que iria compilá-las e posteriormente,  
240 entrega-las à Reitoria; no entanto, não houve qualquer manifestação a respeito. De  
241 qualquer forma, na última reunião do Consu, realizada na semana passada  
242 (13/08/2014), a regulação já foi discutida e decidida, com um posicionamento  
243 definitivo do Consu; o assunto foi incluído na pauta desta reunião da Congregação  
244 devido à sua importância, para comunicação aos membros. O Prof. Dr. Antonio Carlos  
245 Lopes reforçou ser do interesse de todos e de alta relevância que todos tenham acesso  
246 ao documento produzido com a decisão do Consu sobre o assunto, em especial os  
247 colegas das Ciências Básicas. Pedindo a palavra, o Prof. Dr. José Carlos Costa Baptista  
248 da Silva, representante da Congregação na CPPD, acrescentou que há um capítulo na  
249 CPPD onde se esclarece a pauta em relação ao tema: na página da Unifesp,  
250 Reitoria/CPPD/ artigo sobre trabalho esporádico do DE.

251 2.4 Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da Escola Paulista de Medicina: Situação  
252 econômica atual (Prof. Dr. Luís Eduardo Coelho Andrade);

253 O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ressaltou ser um aspecto muito importante, que diz  
254 respeito à verba da Câmara, para que a Congregação fique a par e se posicione sobre o  
255 assunto; uma vez que o Prof. Dr. Luís Eduardo Coelho Andrade não estava presente no  
256 recinto, o assunto foi adiado até sua chegada. Com a chegada do Prof. Dr. Luís  
257 Eduardo Coelho Andrade, iniciou-se a exposição do item da pauta, mas antes, a Profa.  
258 Dra. Rosana Fiorini Puccini pediu a palavra para um aviso: de 26 a 29 sobre o congresso  
259 PIBIC, PIBIT, que este ano será no estacionamento C. Propõe um rodízio voluntário  
260 para reduzir o volume de carros durante a próxima semana, usando o rodízio  
261 municipal como parâmetro para deixar o carro em casa. Com a chegada do Prof. Dr.  
262 Luís Eduardo Coelho Andrade, foi dada a palavra ao mesmo para a exposição, que  
263 agradeceu o espaço cedido e iniciou com a Reserva Técnica Institucional da Fapesp  
264 (RTI). Quando se é feita uma demanda a Fapesp, seja de auxílio regular ou temático,  
265 após análise, pode ser recebido o montante solicitado e duas reservas técnicas: uma  
266 para o pesquisador utilizar em pequenas despesas (ex.: reagentes, computadores),  
267 outra chamada Institucional, que é consolidada ao longo do ano, originada de todos os  
268 setores da Instituição, para utilização em obras de maior envergadura. Essa RTI, há  
269 aproximadamente vinte anos, era utilizada pelo pesquisador sem muita preocupação  
270 com a regulamentação. Posteriormente, passou-se a utilizar o critério da consolidação,  
271 encaminhando-se a verba para uma instância central da instituição universitária. Há  
272 um problema de transição, pois o acordo com a Fapesp foi consolidado quando da  
273 transição Escola Paulista de Medicina-Unifesp, e hoje, com a expansão da Unifesp, o

274 acordo não faz muito sentido; a explicação, já apresentada na reunião da Câmara de  
275 Pós-Graduação e Pesquisa e na reunião do Conselho de Graduação da Pró-Reitoria de  
276 Pós-Graduação e Pesquisa também, foi: para 2014, o valor gerado para a RIT foi de  
277 pouco mais de R\$ 3,2 milhões, dos quais R\$ 2,6 milhões foram provenientes da Escola  
278 Paulista de Medicina. A divisão da verba está sendo feita da seguinte maneira: R\$ 978  
279 mil para a Pró-Reitoria; para os Departamentos de toda a Universidade, R\$ 735 mil;  
280 para o que se chama de Demanda Competitiva (projetos no valor de R\$ 30 mil a R\$ 200  
281 mil), R\$ 1,5 milhão; Desta forma, há dois contrassensos: 1- ao invés de se consolidar,  
282 está se pulverizando a verba. 2- Praticamente 80% da verba foi gerada no âmbito da  
283 Escola Paulista de Medicina, e no entanto, a distribuição é feita de forma equitativa.  
284 Lembrou que a filosofia da Fapesp, ao fornecer o RTI, é que, o laboratório/ instância/  
285 unidade acadêmica que recebem as verbas para pesquisa, tenham infraestrutura a  
286 contento. Nesse contexto, entendeu-se que, o acordado no passado caducou e se faz  
287 necessário uma revisão de posições, em que a RTI fosse outorgada para a origem, com  
288 base no que já é realizado com outras universidades paulistas. O Prof. Dr. Luís Eduardo  
289 Coelho Andrade sugeriu que se entrasse em tratativas com a Fapesp, pois entendeu  
290 que é um assunto a ser abordado por todos, incluindo Reitoria e Pró-Reitoria, mas  
291 antes de se levar a questão para tais instâncias, em primeiro lugar, se faz necessário  
292 ouvir a posição da Congregação a respeito. Pedindo a palavra, a Profa. Dra. Helena  
293 Bonciani Nader ponderou ser nada mais justo, pois a ideia da Fapesp é de trazer  
294 retorno para investimento de alto impacto e não pulverizar. Como já exposto  
295 anteriormente, o próximo ano será de parques investimentos, o que reforça mais a  
296 necessidade de se concentrar os poucos recursos que se conseguirem. Cada Campi  
297 deve lutar pela sua verba. A Profa. Dra. Rosana Fiorini Puccini concordou com a Profa.  
298 Dra. Helena Bonciani Nader, acrescentou que não tinha conhecimento do montante  
299 que fica com a Pró –Reitoria, e que deveria ir como informe para o Conselho de  
300 Campus. O Prof. Dr. Jair de Jesus Mari concordou com o exposto, e acrescentou que  
301 não há ninguém para fazer o acompanhamento e a prestação de contas desse  
302 dinheiro, pois há obras de manutenção necessárias e prioridades que acabaram não  
303 sendo atendidas por falta de planejamento e gerenciamento. O Prof. Dr. Rubens  
304 Belfort de Mattos Junior acrescentou que, como pesquisador, é desestimulante  
305 verificar situações que poderiam ser facilmente solucionadas serem negligenciadas por  
306 falta de planejamento. A Profa. Dra. Ana Luisa Hofling de Lima Farah ponderou que fica  
307 difícil de gerenciar, quando a distribuição é equitativa, sem levar em consideração as  
308 particularidades de gerenciamento de cada campis. O Prof. Dr. Gilles Landman  
309 acrescentou que a verba foi utilizada como indutora de outros campis como incentivo à  
310 nova estrutura, mas acredita que essa fase já passou; seria interessante direcionar a  
311 verba para aplicação nos (estruturas de) multiusuários. Retomando a palavra, o Prof.  
312 Dr. Antonio Carlos Lopes propôs que a Câmara faça um documento sobre a verba da  
313 unidade acadêmica permanecer na unidade acadêmica de origem, divulgado por meio  
314 eletrônico e será votado na próxima Congregação. Aberta a votação, foi aceito por



315 unanimidade. Um membro se pronunciou, perguntando se a Escola Paulista de  
316 Medicina não poderia, por si só, comunicar a Fapesp diretamente, no que a Profa. Dra.  
317 Helena Bonciani Nader se pronunciou, propondo que toda documentação que vai para  
318 a Fapesp não tem de ir para a Reitoria/ Pró-Reitoria. A tramitação é demorada, eles  
319 podem receber apenas uma cópia; pode-se aproveitar o debate para decidir quem  
320 assina os papéis. A Profa. Dra. Ana Luisa Hofling de Lima Farah lembrou que a Pró-  
321 Reitoria tem acesso ao CNPq para verificar as pesquisas, não há necessidade de enviar  
322 a documentação. O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes, resumindo o posicionamento,  
323 reiterou que a Câmara faça um documento sobre a verba da unidade acadêmica  
324 permanecer na unidade acadêmica de origem, divulgado por meio eletrônico e será  
325 votado na próxima Congregação. Prosseguindo, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes  
326 informou novamente que a Escola Paulista de Medicina conseguiu o conceito 5 do  
327 MEC (aplausos), uma conquista da Escola Paulista de Medicina, mostrando que a  
328 Escola encontra-se no caminho certo e que a visão institucional da Escola Paulista de  
329 Medicina prevalece, com o apoio da Unifesp.

330 2.5 Residência Médica (Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado);

331 Enquanto se aguardava a chegada do Prof. Dr. Luís Eduardo Coelho Andrade, o Prof.  
332 Dr. Antonio Carlos Lopes deu a palavra ao Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado, para  
333 que o mesmo abordasse a Residência Médica, em relação a dois aspectos: 1- um  
334 formulário a ser preenchido, o “Termo de Concessão de Estágio para Treinamento  
335 Médico Internacional”; 2- a verba da Residência Médica, que não contempla o que se  
336 entende ser de direito. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado então iniciou sua  
337 apresentação, fazendo referência a uma solicitação da Procuradoria, em um processo  
338 regular de consulta: todo Residente, quando ingressa na Escola, assina um termo de  
339 bolsa, enumerando as responsabilidades e declarando o conhecimento dos  
340 Regimentos e regras da Escola Paulista de Medicina/ Unifesp, procedimento requerido  
341 pela Lei nº 6.932 de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico  
342 residente, entre outras providências. Embora fosse um procedimento padrão na  
343 Coreme há muito, não havia nenhuma regulação formal em instância alguma,  
344 nenhuma vinculação formal do Residente. Com o aumento de solicitações de médicos  
345 estrangeiros, não havia nenhum documento formal na Coreme para regular a vinda e  
346 estadia dos mesmos, assim como para formalizar a atuação da Coreme em relação aos  
347 mesmos – A Coreme veio para a Escola Paulista de Medicina, mas algumas  
348 formalidades ainda não esclarecidas, mesmo perante a Unifesp, para regularizar a  
349 posição e atuação da mesma. Uma das solicitações da Procuradoria foi trazer para a  
350 Congregação o Termo de Concessão de Estágio para Treinamento Médico  
351 Internacional, embora o próprio Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado expressou ter  
352 dúvidas se a Congregação seria mesmo o fórum adequado para expor o Termo e  
353 submetê-lo à avaliação. Seguiu-se a exposição do texto para os membros presentes,  
354 com os acréscimos destacados (nome da Escola Paulista de Medicina, representação

355 da mesma pela figura do Reitor da Unifesp). O treinamento do Residente deve ser feito  
356 com base na Resolução do CFM nº 1.832. Isso antecede a emissão do CRM provisório  
357 que será concedido ao residente para que ele realize seu treinamento dentro da  
358 unidade e do programa de Residência Médica a que se propôs. Eventuais problemas  
359 serão de responsabilidade daquele que autorizou o treinamento do residente. Há a  
360 necessidade de se decidir o que colocar no caput do documento, conforme solicitado  
361 pela Procuradoria, e o Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado perguntou ao Prof. Dr.  
362 Antonio Carlos Lopes qual o momento mais adequado no qual caberia a tomada de tal  
363 decisão. Pedindo a palavra, a Profa. Dra. Emilia Inoue Sato ponderou que o reitor da  
364 Universidade parece uma figura tão distante de algo que parece mais um assunto local  
365 da Escola, então sugeriu deixar vinculado à figura do Diretor, que estaria mais  
366 diretamente envolvido no assunto, fazendo com que a vinculação do contrato fosse  
367 ligada a Escola, não a Unifesp; obviamente, se não existir obstáculos legais para tal.  
368 Outra dúvida apresentada foi se existia algum apoio financeiro vindo do Governo  
369 central, quem seria o responsável por arcar com os custos desse aluno. O Prof.  
370 Dr. Gilmar Fernandes do Prado lhe respondeu que, em relação à figura do Reitor ou do  
371 Diretor, em opinião própria, o contrato deveria ser firmado através da Escola,  
372 portanto, ligado à figura do Diretor – assim constaria do texto do documento e seria  
373 então encaminhado para a Procuradoria, a qual caberia analisar, do ponto de vista  
374 legal. Em relação ao financiamento dos alunos, explicou que, atualmente, não há  
375 financiamento. O aluno tem de garantir que pode custear a si mesmo. No entanto, há  
376 uma Comissão, presidida pelo Prof. Dr. Augusto Paranhos Júnior, para estudar a  
377 questão, para verificar a possibilidade de financiamento desses alunos. Nas duas  
378 últimas semanas, foram recebidas 18 solicitações de diversos alunos das mais  
379 diferentes proveniências, incluindo Colômbia, Venezuela e Cuba (risos). Pedindo a  
380 palavra, a Profa. Dra. Roseli Giudici, citando a proposta, referiu-se a uma passagem em  
381 que os estagiários vão cumprir o estágio no Hospital São Paulo e nas unidades afiliadas  
382 da SPDM; ponderou que havia uma Resolução do CRM, enviada nominalmente para  
383 cada diretor de hospital, que determinava: os médicos estrangeiros que viessem para  
384 São Paulo fazer programas de pós-graduação senso latu, que não tivessem CRM, só  
385 poderiam atuar na matriz do serviço universitário, de forma bem clara. A Professora  
386 reforçou a ponderação, pois enviou ao então presidente do CRM uma indagação, uma  
387 vez que já existia um processo de seleção, um programa semelhante ao da Residência,  
388 obtendo como resposta uma não concordância do presidente. O Prof. Dr. Gilmar  
389 Fernandes do Prado lembrou que há um convênio entre a Unifesp e a SPDM; todos os  
390 estágios que são disponibilizados para os residentes obrigatoriamente criam um  
391 adendo ao convênio, devidamente encaminhados a Unifesp e a Procuradoria para  
392 serem acrescentados. A Profa. Dra. Roseli Giudici lembrou que o estagiário tem de ter  
393 CRM como residente, senão só pode atuar na matriz, no que o Prof. Dr. Gilmar  
394 Fernandes do Prado ponderou que, observando a Resolução do CFM nº 1.832, não  
395 teve esse entendimento. Pedindo a palavra, o Prof. Dr. José Roberto Ferraro lembrou o

396 cuidado na absorção de tais médicos nos programas de residência. O Hospital São  
397 Paulo tem 1300 Residentes Médicos, regularmente cadastrados no quadro clínico do  
398 Hospital. As outras pessoas do convênio internacional, se estiverem atuando dentro do  
399 Hospital, em procedimentos médicos, enfim, além da assessoria docente, têm de estar  
400 cadastradas no corpo clínico do Hospital São Paulo, pois podem criar problemas do  
401 ponto de vista operacional. Não se pode tomar decisões isoladas, uma vez que há  
402 implicações do ponto de vista operacional, funcional, contábil e legal. O Prof. Dr. Gilmar  
403 Fernandes do Prado lembrou que há cuidados seguidos quando da inclusão de pessoas  
404 no treinamento dentro do Hospital, que são levados à Comissão de Ensino e Pesquisa,  
405 onde foram realizadas diversas reuniões sobre o assunto. Tudo é considerado antes de  
406 se permitir o ingresso das pessoas para treinamento. Pedindo a palavra, o Prof. Dr.  
407 Paulo Schor, ponderou que a discussão é pertinente, mas a impressão é que se coloca  
408 o assunto como vontade dos residentes; exemplificou com o Departamento de  
409 Oftalmologia, que há interesse em trazer os melhores profissionais para estagiar, não  
410 importando sua nacionalidade; foi decidido, em uma reunião do Departamento, tornar  
411 uma vaga de residente nacional em internacional, para atrair os melhores e expor os  
412 nacionais à realidade internacional e se aprimorar também. A internacionalização é  
413 fundamental. O Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo comentou que o assunto está  
414 sendo baseado numa Resolução do CFM, que lida com as atividades trabalhistas do  
415 médico. Do ponto de vista da formação, no MEC, não há nenhuma resolução referente  
416 à formação de médicos estrangeiros no Brasil. Na realidade, ao invés de residente  
417 (para tanto, o médico estrangeiro deve passar pelo processo seletivo e ser aprovado),  
418 ele deve ser considerado um especializando, está fazendo uma especialização lato  
419 sensu. Por outro lado, surgiu um complicador: o MEC está lançando uma minuta sobre  
420 os cursos de especialização, e já foi realizada uma audiência pública, onde foram  
421 apresentadas 80 sugestões para mudança da mesma. Uma delas, bastante limitante,  
422 se refere à matriz de um curso de especialização, que deve ser de 450 horas, ou seja,  
423 1/6 de um ano de residência; juntamente com outras determinações, limita inclusive  
424 os cursos de especialização já administrados no Brasil. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do  
425 Prado ponderou que isso vai de encontro a muitas coisas que já acontecem no Brasil e  
426 no mundo. Em relação ao exposto pelo Prof. Dr. Paulo Schor, informou que a intenção  
427 é fazer um documento abrangente, geral, sem especificar nacionalidades. Lembrou  
428 também que não se pode cortar uma bolsa de residente, pois não há ainda  
429 financiamento específico; entretanto, o Prof. Dr. Augusto Paranhos Júnior está  
430 procurando uma forma de obtê-lo, por enquanto sem sucesso. Pedindo a palavra, o  
431 Prof. Dr. Helio Kiyoshi Takahashi perguntou qual o número de residentes estrangeiros  
432 e como é feita a seleção, no que o Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado respondeu que  
433 ainda não há regulamentação a respeito, como também não se pode usar a  
434 denominação 'residentes'. A procura desses estudantes estrangeiros é grande, há a  
435 necessidade de seleção, mas ainda não há regulamentação para a seleção. O Prof. Dr.  
436 Jair de Jesus Mari perguntou se não podem entrar através de concurso normal, no que

437 o Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado respondeu que sim, contanto que tenham o  
438 diploma validado. O Prof. Dr. Jair de Jesus Mari ponderou que, se fosse garantida a  
439 participação na seleção normal, os estrangeiros poderiam, em caso de aprovação,  
440 receber a bolsa da residência, no que o Prof. Dr. Paulo Schor respondeu que o ideal  
441 seria isso, mas o Governo Brasileiro não entende assim; bolsas para brasileiros são  
442 exclusivamente para brasileiros, e opinou que poderia existir uma flexibilização para a  
443 participação de estrangeiros. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado ponderou que, se  
444 flexibilizar o concurso para participantes estrangeiros, havia a possibilidade de um  
445 brasileiro acionar o Ministério Público e fazer uma denúncia acusando a Escola de  
446 reduzir vagas de Residentes para ofertar a médicos estrangeiros. O Prof. Dr. Jair de  
447 Jesus Mari apontou que o momento da Universidade está muito distante das regras  
448 existentes para contemplar as mudanças. Deve-se levar em consideração o quanto de  
449 visibilidade internacional se deseja ter, a fim de alinhar as políticas de atração de  
450 estudantes/ profissionais estrangeiros para a Universidade; devem ser buscadas  
451 alternativas para atrair cérebros para a Universidade, sem perder de vista a  
452 solidariedade: atrair tanto para os países desenvolvidos como para os em  
453 desenvolvimento também. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado ponderou ser algo  
454 para a Congregação e o Diretor pensarem juntos, em relação à autonomia  
455 universitária. Acredita que a Escola possui condições. Foi lembrado por um dos  
456 membros o Programa PEC-G, do Governo Federal, que poderia contemplar, ao menos  
457 os sul-americanos e os africanos. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado ponderou que  
458 pode ser um dos levantamentos do Prof. Dr. Augusto Paranhos Júnior para ser  
459 apresentado em reunião futura. O Prof. Dr. José Orlando Bordin lembrou que, no  
460 passado, a Escola possuía diversos convênios para receber estagiários, principalmente  
461 da América Latina. A nova possibilidade apresentada é um pouco diferente, uma vez  
462 que a Residência Médica é treinamento médico; realizar os diversos procedimentos faz  
463 com que seja necessário validar o CRM, o que gera uma certa competição entre os  
464 residentes inscritos e aprovados no curso e os estrangeiros. Vê a necessidade de  
465 regulamentação para tanto, uma vez que acredita que é do interesse de todos os  
466 Departamentos receber pessoas de fora pela internacionalização, em troca de  
467 experiência, mas deve-se ter cuidado na diferenciação entre treinamento e estágio. O  
468 Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado lembrou que, nesse aspecto, todos os cuidados  
469 são seguidos quando da inclusão de pessoas no treinamento dentro do hospital,  
470 independente de nacionalidade. Reforçou o fato das enfermarias estarem lotadas, o  
471 que dificulta a recepção e inclusão de mais pessoas para treinamento. Pedindo a  
472 palavra, a Profa. Dra. Helena Bonciani Nader comentou sobre um problema referente à  
473 validação do diploma: a legislação para revalidação mudou; vale a pena ver a nova  
474 legislação, uma vez que a proposta de revalidação automática não foi aceita – se o  
475 houvesse sido, aceitar o estudante seria considerar que ele fez o Revalida, sem  
476 realmente tê-lo feito; ressaltou ser importante internacionalizar, mas com critérios  
477 que exponham o padrão de excelência da Escola. O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do

478 Prado acrescentou que esses médicos, após o treinamento, estarão em condições de  
479 prestar a prova, e, se aprovados, podem exercer a profissão aqui, se assim o  
480 desejarem. A Profa. Dra. Emilia Inoue Sato apontou duas situações diferentes – 1-  
481 quando a pessoa vem para fazer um ano de residência, faz o Revalida; no entanto, até  
482 pelo fato de ter de lidar com pacientes e situações, faz-se necessário o domínio do  
483 português. 2- Quando a pessoa faz estágio, apenas observação, trata-se de uma outra  
484 situação: não há tantas exigências, não necessariamente implica em falar o idioma do  
485 local, no entanto, não há espaço para receber mais estagiários, conforme explicações  
486 do Prof. Dr. José Roberto Ferraro. Retomando a palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos  
487 Lopes ponderou as diversas exposições e questionamentos apresentados, e lembrou  
488 o fato de não existir mais espaço, inclusive físico para receber mais ninguém; o fato de  
489 se ter enfermarias lotadas aumenta basicamente o risco de infecção, entre outras  
490 dificuldades. Citou o exemplo dos alunos angolanos, particularmente da Ginecologia,  
491 que não mais operam, apenas assistem, pela falta de espaço. Da forma como está, não  
492 há como tomar decisões, pois não há infraestrutura para receber os estrangeiros. A  
493 Comissão para Análise do Intercâmbio Institucional de Médicos Residentes e  
494 Estrangeiros será ampliada, com a adição dos Profs. Drs. Jair de Jesus Mari, Rubens  
495 Belfort, Reinaldo Salomão,IVALDO DA SILVA e José Carlos Costa Baptista da Silva, para no  
496 prazo de 60 dias estabelecer as normas para receber e albergar os alunos estrangeiros.  
497 Pedindo a palavra, o Prof. Dr. Helio Kiyoshi Takahashi pediu explicações sobre a  
498 cláusula sétima do documento, referente à matrícula, no que o Prof. Dr. Gilmar  
499 Fernandes do Prado explicou ser uma questão puramente administrativa, referente ao  
500 período de treinamento. Deu-se os mesmos direitos que o médico residente teria. A  
501 matrícula obriga o indivíduo a comprovar que foi aprovado, o que se traduz em  
502 segurança. Com a chegada do Prof. Dr. Luiz Eduardo Coelho Andrade, retomou-se o  
503 item 2.4 da pauta.

504 2.6 Curso de Odontologia da Escola Paulista de Medicina;

505 Prosseguindo com a exposição, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que, em  
506 tratativas com a Magnífica Reitora, que foi lançada a pedra fundamental para a criação  
507 do Curso de Odontologia, e que o assunto, por solicitação dela, viesse para a  
508 Congregação para apreciação e debate. Lembrou que a implantação depende de  
509 infraestrutura e de pessoas, mas a discussão é pertinente, para se criar condições  
510 futuras para a criação do curso. O Sr. Thiago Souza Coelho apontou que os problemas  
511 de infraestrutura do Campus São Paulo são uma questão bastante pertinente, antes  
512 mesmo de se pensar em abrir um departamento, quanto mais um curso. Retomando a  
513 palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou que, embora absolutamente  
514 pertinentes, as questões levantadas não revelam, como mencionado,  
515 irresponsabilidade, pois, além de não condizer com os 80 anos de experiência da  
516 Escola, não houve menção à criação imediata do curso, mas sim de um início de  
517 debate, para criar condições, tanto físicas como logísticas no Campus São Paulo.

518 Pedindo a palavra, a Profa. Dra. Helena Bonciani Nader expressou seu apoio à  
519 proposta, considerando bastante apropriada a criação do curso, para o reforço da  
520 Escola. Propôs o nome do Prof. Dr. Ricardo Smith como presidente de uma Comissão  
521 para o assunto. O Prof. Dr. Ricardo Smith expôs um breve histórico da criação do curso,  
522 apresentando um projeto de odontologia hospitalar; há a necessidade da criação de  
523 novos cursos de odontologia no Brasil, e há apoio para a criação de um curso da área  
524 em uma instituição pública federal. A proposta é da criação de um curso de  
525 odontologia dentro da Escola Paulista de Medicina. Já existe uma pactuação para  
526 trazer professores de odontologia, num futuro próximo. A Profa. Dra. Rosana Fiorini  
527 Puccini ponderou que o papel da Comissão será levantar as necessidades e prioridades  
528 para viabilizar o curso, que seja de qualidade condizente com os padrões da Escola  
529 Paulista de Medicina, ratificados com a avaliação positiva do MEC; sugeriu que o  
530 Campus tenha representação nessa Comissão, bem como o Hospital. O Prof. Dr.  
531 Antonio Carlos Lopes sugeriu que o Prof. Ricardo Smith fique como presidente da  
532 Comissão, e que escolha representantes de outras áreas para compô-la, a saber:  
533 Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia, Plástica, Anatomia (outra pessoa que não ele, ou  
534 se acumula as duas funções), Campus São Paulo, Câmara de Graduação, DDI, Patologia,  
535 Hospital São Paulo (sugerido o nome da Dra. Denise Abranches), MIP e Servidores  
536 Técnico – Administrativos em Educação. A Profa. Dra. Helena Bonciani Nader se opôs à  
537 indicação do Prof. Sérgio Dualib, uma vez que ele não pertence ao Campus São Paulo  
538 (está em São José dos Campos) e desconhece a realidade do mesmo. A Profa. Dra.  
539 Beatriz Amaral de Castilho sugeriu um representante do MIP, indicando o nome da  
540 Profa. Dra. Silvia Cardoso Leão; O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou que seriam  
541 apontadas as áreas participantes, deixando a cargo do Prof. Dr. Ricardo Smith a busca  
542 e escolha das pessoas que comporiam a Comissão. O Sr. Thiago Souza Coelho propôs  
543 incluir um representante dos alunos também. Retomando a palavra, o Prof. Dr.  
544 Antonio Carlos Lopes informou que, por unanimidade, fica designado o Prof. Dr.  
545 Ricardo Smith para presidir a Comissão, e que ele será o responsável por buscar  
546 pessoas das seguintes áreas para compô-la: Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia,  
547 Plástica, Anatomia (outra pessoa que não ele, ou se acumula as duas funções), Campus  
548 São Paulo, Câmara de Graduação, DDI, Patologia, Hospital São Paulo (sugerido o nome  
549 da Dra. Denise Abranches), MIP (Profa. Dra. Silvia Cardoso Leão) e Servidores Técnico –  
550 Administrativos em Educação/ estudantes. Pedindo a palavra, o Prof. Dr. Alvaro Nagib  
551 Atallah demonstrou seu apoio à iniciativa e acrescentou que o Brasil tem uma das  
552 melhores odontologias do mundo, mas há uma carência científica na área. O Prof. Dr.  
553 Antonio Carlos Lopes abriu para votação a escolha, que foi aprovada por unanimidade.

554 2.7 Homologação dos Regimentos dos Órgãos Complementares e da  
555 Coordenadoria dos Órgãos Complementares.

556 O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que os Órgãos Complementares ficaram  
557 vinculados à Diretoria; cada Órgão fez seu regimento, amplamente discutidos e

558 trabalhados, e apresentados em seu texto final para a Congregação; após a  
559 homologação, os textos serão enviados para a Reitoria. Reiterou que julgou não haver  
560 nada que prejudique a Escola Paulista de Medicina, e abriu para que a Congregação  
561 desse seu parecer. Como não houve votos contrários e nem abstenções, considerou-se  
562 os textos homologados por unanimidade.

563 2.8 Convênio entre a Unifesp e a Universitat Autònoma de Barcelona;

564 Prosseguindo a exposição, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes informou que o processo já  
565 tramitou pelas várias instâncias, e o assunto foi trazido a Congregação para que a  
566 Escola se faça presente através de sua manifestação. Aprovado por unanimidade.

567 2.9 1º Congresso da UNIFESP;

568 A palavra foi dada para a Profa. Dra. Beatriz Amaral de Castilho, que agradeceu o  
569 espaço cedido e iniciou a exposição lembrando que, no Conselho de Campus, foi  
570 formado um grupo para facilitar as discussões e formatações de propostas para  
571 apresentação no Congresso. A ideia era que participassem membros indicados pela  
572 Congregação, com participação aberta a todos os interessados. O Prof. Rudolph será o  
573 coordenador da reunião de amanhã (20/08), às 13:30, na Sala José Vasserman. A  
574 Profa. Dra. Rosana Fiorini Puccini acrescentou que a participação é muito importante.  
575 Grande parte das mudanças da Universidade será apresentada nesse congresso. Os  
576 debates ocorrerão até o dia 30/08, 30 assinaturas são necessárias para a aprovação  
577 dos trabalhos. Retomando a palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou que  
578 essa é a hora de participar para as mudanças. O Sr. Juliano Quintella Dantas Rodrigues  
579 apontou que cada Conselho/ Congregação tem de eleger os delegados, lembrando que  
580 o cronograma para a eleição dos mesmos era em agosto, salvo alterações. Seguiu-se a  
581 verificação do número de indicados, e o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes lembrou que, as  
582 dúvidas devem ser dirigidas para a Profa. Dra. Beatriz Amaral de Castilho.

583 2.10 Homologação do Prof. Dr. Valdemar Ortiz como Chefe Pró-Tempore da  
584 Disciplina de Urologia;

585 Sobre o assunto, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes ponderou que, com a necessidade de  
586 reavaliar o art. 28 do Regimento, o tempo de gestão pro-tempore do mesmo fica  
587 comprometido; desta foma, o contexto trouxe a questão a ser debatida: competência  
588 da Congregação ou do Departamento prorrogar o prazo do Chefe pro-tempore da  
589 Disciplina de Urologia, neste caso, o Prof. Dr. Valdemar Ortiz, pois não haverá tempo  
590 hábil, dentro da atual gestão, para a elaboração do Regimento do Departamento, que  
591 trataria sobre o assunto. Pedindo a palavra, o Prof. Dr. José Luiz Martins ponderou que  
592 os dois regimentos são incompatíveis (Universidade e Departamento); pede-se aqui  
593 para estender o prazo do Prof. Dr. Valdemar Ortiz como chefe pro-tempore, ou a  
594 Disciplina e, por consequência, o Departamento, ficam ingovernáveis. A questão é:  
595 Quem pode votar? Pediu-se até a intervenção da Procuradoria, sem sucesso para a

596 definição. Até que a Comissão termine seus trabalhos, pede-se a permissão para que o  
597 Prof. Valdemar Ortiz permaneça mais 30 dias após o final de seu prazo para que tenha  
598 uma definição do que deve ser feito. O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes propôs que o  
599 mandato do Prof. Dr. Valdemar Ortiz fosse assim prorrogado, no que houve apoio  
600 unânime dos presentes. A Profa. Dra. Rosana Fiorini Puccini observou que não é a  
601 única incoerência existente no Regimento, cabe uma revisão geral, há uma lacuna na  
602 legislação, demonstrou sua preocupação com a centralização em um único artigo, por  
603 conta de apenas uma única Disciplina, no que o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes  
604 ponderou que o Regimento deve ser revisto de tempos em tempos; tanto o Regimento  
605 da Escola Paulista de Medicina como o da Unifesp foram elaborados em um momento  
606 de transição, e até mesmo a própria Procuradoria estava em transição; obviamente,  
607 falhas poderiam acontecer, como de fato aconteceram. Por sugestão da Procuradoria,  
608 à época, não se poderia ter Técnicos Administrativos como Chefes de Disciplinas/  
609 Departamentos. O Prof. Dr. José Luiz Martins reforçou que o Departamento de Cirurgia  
610 está inadiministrável, por conta de vários mandados de segurança; os conflitos estão  
611 tornando os trabalhos do Departamento impossíveis. O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes  
612 lembrou que se perdeu um prazo de resposta de um mandado de segurança pois o  
613 Jurídico não fez o que deveria ser feito. Lamentou que a questão tenha chegado a tal  
614 ponto. O Prof. Dr. José Carlos Costa Baptista da Silva ponderou que o Professor Afiliado  
615 não deveria contar para a Disciplina, uma vez que, para a Universidade, temos os  
616 Docentes e os Técnicos Administrativos. A Profa. Dra. Helena Bonciani Nader  
617 acrescentou que as Disciplinas estão ilegais dentro do novo enfoque. O MEC não  
618 legisla sobre disciplinas, é de competência da Universidade – princípio da autonomia  
619 universitária. O Prof. Dr. Sérgio Draibe lembrou que não se pode ferir o Regimento da  
620 Unifesp. Uma parte ainda não foi aprovada; desta forma, o que o Regimento não  
621 regula, o Campus e a Escola Paulista de Medicina regulam. O Prof. Dr. José Luiz Martins  
622 ponderou que a solução da questão se guia pelo que está válido. Desta forma, volta a  
623 pergunta: quem vota? Pois em nenhum dos dois Regimentos está claro. O Prof. Dr.  
624 Antonio Carlos Lopes lembrou que, na Congregação de junho, foi definido que as  
625 Disciplinas, do ponto de vista do MEC, não existem; o Departamento define as normas;  
626 baseado nisso, houve um debate em que ficou decidido que votam os TAEs também,  
627 juntamente com os Professores Afiliados com vínculos, e é disso que o Adendo  
628 Regimental trata. O Regimento da Escola Paulista de Medicina precisa ser revisto, sim;  
629 pedindo a palavra, o Prof. Dr. Newton de Barros Júnior lembrou que foi solicitado um  
630 acordo de cavalheiros entre todas as Disciplinas (9) do Departamento de Cirurgia que  
631 aguardassem a aprovação dos Regimentos. Duas Disciplinas se adiantaram, para fazer  
632 valer um Regimento maior (Unifesp). Há graves incompatibilidades entre os dois  
633 Regimentos, uma vez que as redações de ambos dão margem a muitas interpretações;  
634 o Regimento da Unifesp não foi votado em sua totalidade; o Regimento da Escola  
635 Paulista de Medicina, mais especificamente seu art. 28, foi declarado ilegal pelo  
636 Procurador; a Profa. Dra. Helena Bonciani Nader apontou que não há



637 incompatibilidade, pois a ilegalidade é inerente a ambos os regimentos, ainda que seja  
638 por motivos diferentes. A sugestão do Prof. Dr. Newton de Barros Júnior para o caso é,  
639 diante da urgência em relação à Disciplina de Urologia, que a Comissão se manifeste  
640 sobre quem pode votar ou não, se é o Conselho da Disciplina, ou quem de direito seja;  
641 O Prof. Dr. Gilmar Fernandes do Prado perguntou ao Prof. Dr. Newton de Barros Júnior  
642 se o Conselho foi homologado, no que recebeu uma resposta negativa. O Prof. Dr.  
643 Stephan Geocze propôs aumentar o prazo além dos 30 dias já homologados do Prof.  
644 Dr. Valdemar Ortiz, devido ao tamanho do imbróglio, no que foi contestado pelos  
645 colegas de Congregação. Seguiu-se uma discussão acalorada entre os membros, e a  
646 Profa. Dra. Emilia Inoue Sato pediu a palavra, apontando a diferença entre Conselho e  
647 Colégio Eleitoral. O Conselho do Departamento tem representatividade de todos os  
648 que lá trabalham: docentes, técnicos – administrativos e discentes. O Prof. Dr. Antonio  
649 Carlos Lopes ponderou que, no entender particular, a Disciplina não necessariamente  
650 precisaria seguir a proporção 70-30, mas sim levar em consideração quem lá trabalha.  
651 O Prof. Dr. José Luiz Martins pediu novamente auxílio da Congregação para uma  
652 solução do problema, no que o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes lembrou que a  
653 Congregação é soberana e apontou o comentário da Profa. Dra. Helena Bonciani Nader  
654 sobre a questão dos Procuradores, que desconhecem a realidade da Escola, e que  
655 judicialmente, perdeu-se o prazo para questionar o mandado de segurança. A Profa.  
656 Dra. Rosana Fiorini Puccini propôs fazer a comissão, e em 15 dias, na próxima  
657 Congregação, decide-se o que vai fazer em relação ao assunto; expressou sua dúvida  
658 sobre todos poderem votar: todos têm de estar lotados na Disciplina para que possam  
659 votar, independentemente de sua função; se todos estão trabalhando juntos, então  
660 todos podem votar. Então, voltou-se a proposta inicial, de se fazer a Comissão e em 15  
661 dias, apresentar os resultados. A Sra. Cecília Fernandes ponderou que a discussão  
662 parece algo pessoal. O Prof. Dr. Newton de Barros Júnior concordou com a colocação e  
663 afirmou que, em sua opinião, todos têm direito a votar. Pedindo a palavra, o Prof. Dr.  
664 Alvaro Nagib Atallah comunicou que a Profa. Dra. Lydia Masako Ferreira pediu  
665 demissão do Conselho Gestor do Hospital Universitário, e indicou o Prof Salvador, da  
666 Hematologia, para substituí-la. O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes questionou os  
667 presentes sobre a indicação, se há ou não concordância, no que o Prof. Dr. José Luiz do  
668 Amaral, pedindo a palavra, demonstrou sua surpresa com a saída da Profa. Dra. Lydia  
669 Masako Ferreira; sugere que fique como pauta para a próxima reunião, uma vez que  
670 esta reunião encontra-se com poucos participantes, para ouvir a opinião do Prof.  
671 Salvador e verificar até se há outras indicações, pela relevância da posição em questão.  
672 Retomando a palavra, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes apresentou à Congregação as  
673 propostas do Prof. Dr. Alvaro Nagib Atallah e do Prof. Dr. José Luiz do Amaral; em  
674 votação, prevaleceu a última por unanimidade.

675 2.11 Indicação do Presidente da Comissão Eleitoral da Escola Paulista de Medicina.

676 Prejudicado.

677 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata, após aprovada, será  
678 assinada pelo Presidente Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes e por mim, Chrystine Omori,  
679 secretária, que lavrei a presente ata.